Trajetórias familiares escravas - um estudo de caso[1]

Maísa Faleiros da Cunha[♦]

Resumen

Este trabalho reconstitui as trajetórias de famílias escravas pertencentes a duas gerações de escravistas. Apresentar a família de Adriana e Damião não ocorreu ao acaso. Marcada pela violência, a história desse casal de cativos é muito mais rica e complexa do que poderíamos considerar. Envolve uma gama de atores de variados estratos sociais: livres, escravos e libertos que teceram suas relações ao longo de décadas. Esse poderia ter sido mais um assassinato com motivações passionais, não fosse o fato de Adriana e Damião terem nascido em uma mesma escravaria, seus pais terem sido companheiros de cativeiro e seus proprietários descenderem de uma importante família de escravistas do norte paulista (e sul de Minas), a dos Junqueira.

> Participo a V. S[a]. [delegado de polícia] que chegando eu hoje em minha casa, achei a minha escrava Diriana (sic) sua filha, ambos matadas pelo escravo Damião, marido da dita escrava, por isso commonico a V. S[a] para dar as providências necessárias. Participo lhe também que não achei mais o escravo em casa.
> Bella Vista 27 de outubro de 1878.
> Jose Esteves de Andrade (Arquivo Histórico Municipal de Franca AHMF – Processo Crime).

O trágico desfecho da família de Adriana e Damião (e não Diriana como o documento menciona) se deu na madrugada do dia 27 de outubro de 1878, na Fazenda Olhos d'Água, município de Franca. Além de Adriana, o preto Damião também desferiu golpes de machado contra a ingênua Águida, que se encontrava no colo de sua mãe. Segundo os peritos que realizaram o exame de corpo de delito, Adriana era preta e sua filha de cor fula com três a quatros meses de idade.

Damião foi julgado e sua sentença proferida em 21 de abril de 1879. O cativo foi condenado a levar *400 açoutes e a trazer ferro no pescoço pelo espaço de dois anos*. A sentença estipulava que o réu não poderia receber mais de 50 açoites por dia, assim a punição foi efetuada e, em três de maio de 1881, o cativo finalmente se livrou do ferro que carregava no pescoço.

Apresentar a família de Adriana e Damião não ocorreu ao acaso. Marcada pela violência, a história desse casal de cativos é muito mais rica e complexa do que poderíamos considerar. Envolve uma gama de atores de variados estratos sociais: livres, escravos e libertos que teceram suas relações ao longo de décadas. Este poderia ter sido apenas mais um crime, não fosse o fato de Adriana e Damião terem nascido em uma mesma escravaria, seus pais terem sido companheiros de cativeiro e seus proprietários descenderem de uma importante família de escravistas do norte paulista (e sul de Minas), a dos Junqueira.

---

[1]Trabalho apresentado no IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em La Habana, Cuba, de 16 a 19 de novembro de 2010.

[♦] Doutora em Demografia, professora substituta na Unesp/Franca (maisa_cunha@yahoo.com.br).

Famílias escravas

Os escravos que marcharam rumo a Franca-SP acompanhando o então tenente Francisco Antonio Diniz Junqueira eram, em sua maioria, africanos. Havia também crioulos nascidos em Minas Gerais, pardos e mulatos. Nem todos vieram sozinhos – esposas e filhos participaram da empreitada (algumas deveriam até mesmo estar "pejadas", ou seja, grávidas).

Como em outras áreas da América escravista, não era incomum que os escravos acompanhassem seus senhores que se dirigiam a áreas de fronteira. Franca já possuía moradores paulistas (ainda que esparsos) e, no momento em que Francisco Antonio Diniz Junqueira se dirigiu para lá, outros mineiros já haviam feito este trajeto há mais de 10 anos.

Se para os Junqueira este deslocamento significou a ampliação dos campos de criar e novas oportunidades de aquisição de riqueza e poder, para uma parte dos escravos deve ter significado o rompimento de laços com parentes e companheiros de cativeiro que provavelmente nunca mais veriam. Se os senhores mantinham contato (ainda que esporádico) com seus pares, seja através de correspondências ou viagens a Minas Gerais, a realidade dos escravos era mais silenciosa e dura, mesmo que tivessem notícias pelos tropeiros ou pelo senhor e sua família.

A crioula Narciza e seu marido Joaquim devem ter passado por situação semelhante, afinal foram os primeiros escravos do tenente Diniz Junqueira a batizarem um filho na paróquia de Franca, em 1817. Acreditamos que o casal tenha se unido em Minas Gerais, uma vez que não localizamos o registro de casamento em Franca. Através das listas nominativas de 1825 e 1829, verificamos que Joaquim era africano (registrado como Cambunda em 1825 e Angola em 1829) e Narciza natural de Minas Gerais (Lista Nominativa de 1829). Antonio, o filho batizado em 1817, faleceu de febre em 1819, com apenas dois anos, quando seu irmão Adão havia nascido havia poucos dias. Não temos notícias de outros filhos de Narciza e Joaquim.

Como Joaquim e Narciza, outros cinco casais escravos batizaram seus filhos legítimos de 1817 até princípios de 1830, sem que fossem encontrados seus registros de casamento na paróquia de Franca. Às famílias já constituídas outras foram oficializadas pela Igreja Católica entre 1819 e 1828 em terras paulistas. Apenas um casal se uniu posteriormente, quando Francisco Antonio Diniz Junqueira já havia falecido. Os registros paroquiais de casamento não trouxeram informações referentes à naturalidade dos cativos, atestada através do cruzamento nominativo de outras fontes.

A partir do cruzamento de fontes nominativas, identificamos 17 famílias que pertenceram a Francisco Antonio Diniz Junqueira: 11 casais com filhos, cinco casais sem filhos e uma mãe e seu filho "natural". Os registros paroquiais foram nossa principal fonte para a identificação da filiação e o estabelecimento de laços matrimoniais.

A legitimidade predominou entre os filhos de escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira, apenas Maria batizou o pequeno Salvador como filho "natural". Como já dissemos, acreditamos que alguns casais escravos vieram com seus filhos de Minas Gerais para Franca, pois não conseguimos identificar a filiação de crianças crioulas, como Fidelis, de 11 anos, que estava presente no domicílio de Francisco Antonio Diniz Junqueira em 1825. Agostinho, de 12 anos, também foi listado em 1825, mas como proveniente do Congo.

Apesar de possuir significativa escravaria em idade adulta (e unida), Francisco Antonio Diniz Junqueira levou para serem batizados somente 19 crianças cativas e

nenhum escravo adulto[2]. Ao procurarmos os registros de óbitos, pudemos verificar que outras duas crianças morreram sem que tivéssemos acesso aos seus batismos. Dentre as crianças (total 19), cinco faleceram ao longo dos primeiros anos de vida, 13 foram repartidas entre Francisco Antonio Diniz Junqueira e os herdeiros de Mariana Constancia de Andrade; e três não pudemos acompanhá-las em razão de não terem sido listadas na partilha dos bens de Mariana Constância. A morte ceifou pelo menos 23,8% das crianças registradas[3].

Pelo menos 10 crianças eram filhas de mães nascidas na África. Não foi possível identificar algumas Marias, mas acreditamos que elas também fossem africanas, uma vez que todas as Marias adultas, segundo as Listas Nominativas de Habitantes de 1825 e 1829, receberam alguma designação indicando a origem africana.

Os africanos também se fizeram presentes entre os cônjuges levados por Francisco Antonio Diniz Junqueira a se casarem na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca: 14 de 18 haviam sido trazidos de além mar (77,8%). O que já era de se esperar, uma vez que os africanos compunham a maioria da população escrava com 15 anos ou mais nos anos considerados. Algumas uniões parecem se tratar de recasamentos (Vitória, Tomásia, Tomé, Joana), ainda que a condição de viúvo (a) não tenha sido mencionada nos registros de casamento[4]. Em duas ocasiões, dois casais se uniram em um mesmo dia, mas este não foi o hábito desse senhor que se dirigiu à Igreja sete vezes para casar nove casais cativos.

Tabela 1 - Casamentos de escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira

Data	Horário	Noivo	Cor/Naturalidade*	Noiva	Cor*/Naturalide
31/05/1819	17	Francisco	Preto, Africano	Carlota	Preta, Africano
31/05/1819	17	Pedro	Preto, Africano	Vitória	Preta, Africana
28/01/1821	12	Sebastião	Preto, (-)	Maria	Preta, Africana
18/02/1821	11	Jose	- Africano	Luiza	- Crioula
25/08/1822	15	João	- Crioulo	Tomásia	- Africana
12/08/1825	9	Gonçalo	Preto, Africano	Vitória	Preta, Africana
12/08/1825	9	Jose	Preto, Africano	Joana	Preta, Africana
01/10/1828	8	Manoel	Preto, (-)	Tomásia	Preta, Africana
15/04/1844	12	Tomé	De Nação, (-)	Joana	De Nação, (-)

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca Registros de casamento. * A cor ou a naturalidade (de Nação) são informações presentes nos registros de casamento. Na tabela acima, o que consta entre parênteses são as informações obtidas com o cruzamento nominativo das fontes. Obs.: Luiza aparece como *molata* e parda, João como pardo. Manoel foi citado como *africano* e *africano crioulo*.

Através da análise da composição das posses de Francisco Antonio Diniz Junqueira e Francisco Antonio da Costa, podemos verificar como a família escrava vai se consolidando ao longo das décadas. É o que procuraremos mostrar através do acompanhamento das trajetórias familiares dos escravos de Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade.

Conseguimos reconstituir 14 famílias escravas que pertenceram a Francisco Antonio da Costa e Maria Zimila de Andrade, sendo dez casais (com e sem filhos) e

[2] Há a possibilidade de seus escravos terem sido batizados em outras paróquias do território de Franca.

[3] Cabe ressaltar que certamente outras crianças nasceram e morreram sem que nunca tivessem sido registradas.

[4] As testemunhas que constam nos assentos de casamento atestam a participação de outros escravos na cerimônia religiosa: Antonio e Ana (não seria Adriana?) casados, Bernardino e Constancia casados, todos escravos de Francisco Antonio Diniz Junqueira testemunharam os casamentos de Francisco e Carlota e de Pedro e Vitória, respectivamente, no dia 31 de maio de 1819. Jose Ferreira Muniz e Jose Carlos da Silva também testemunharam matrimônios dos escravos de seu sogro. As demais testemunhas eram livres e homens.

quatro mães com seus filhos. Aparentemente, dois casais não tiveram filhos e dois casamentos se deram após o nascimento de alguns filhos.

As famílias escravas presentes na posse de Francisco Antonio da Costa vivenciaram momentos de muitas mudanças no sistema escravista: o fim do tráfico internacional de escravos (1850) e outras leis que passaram a interferir mais diretamente na relação senhor-escravo (como a de 1869 que proibiu a separação das famílias no momento de venda ou partilha, do Ventre Livre e dos Sexagenários).

Apesar de possuir menor número de escravos do que seu sogro, Francisco Antonio da Costa batizou mais escravos e casou menos casais. Localizamos 31 registros de batismo de filhos de escravos (29 em nome de Francisco Antonio da Costa, falecido em 1878, e 2 em nome de Maria Zimila de Andrade[5]) - acreditamos que outras crianças tenham nascido na escravaria de Francisco Antonio da Costa, no entanto, não foi possível localizar o batismo. Feliciana (filha de Rafael e Iria) teve dois filhos "naturais": Favorino e Rafael, arrolados no inventário aberto em virtude da morte de Maria Zimila de Andrade, em 1886.

Ao consultar os registros de óbito e os inventários identificamos ainda outras nove crianças. Das 31 crianças batizadas, sete faleceram nos primeiros anos de vida, exceto Adriana que veio a falecer com 36 anos, assassinada por seu marido Damião. Ademais, encontramos três registros de óbitos de crianças, para as quais não localizamos os batismos. Contabilizando, portanto, nasceram 40 escravinhos na posse de Francisco Antonio da Costa/ Maria Zimila de Andrade, dos quais 10 morreram até os sete anos de idade (25,0%).

Aproximadamente 80% das crianças nasceram dentro de uniões legítimas. As mães africanas foram responsáveis por 21 nascimentos.

Apesar de termos encontrado cinco registros de casamento, verificamos a existência de nove casais na posse de Francisco Antonio da Costa[6]. Os crioulos responderam pela metade dos cônjuges. E assim como seu sogro, Francisco Antonio da Costa dirigiu-se várias vezes à paróquia para casar seus escravos.

Tabela 2 - Casamentos de escravos de Francisco Antonio da Costa

Data	Horário	Noivo	Cor/Naturalidade	Noiva	Cor/Naturalidade
04/09/1832	-	Antonio	Preto, Crioulo (viúvo)	Luzia	Preta, Africana*
15/11/1837	-	Manoel	Preto	Felisarda	Preta, Africana
12/01/1840	14	Domingos	Preto, Africano	Margarida	Preta, Crioula
01/11/1853	8	Francisco	Preto, Crioulo	Laurinda	Preta, Africana
06/08/1863	-	Rafael	Preto, Crioulo	Iria	Preta, Crioula

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca - Registros de casamento. *Citada como crioula no registro de casamento e africana na Matrícula de escravos de 1872. Seu nome na Matrícula é Luiza. Os demais casais foram listados na Matrícula que inclusive mencionou seus cônjuges, exceto Manoel e Felisarda que não foram matriculados.

Ao longo das décadas, o parentesco escravo foi se consolidando, como podemos notar através de uma informação valiosa presente na Matrícula de Escravos de 1872: a filiação dos cativos. Na escravaria de Francisco Antonio da Costa, exceto os africanos, todos os crioulos (nascidos no Brasil) tinham a filiação conhecida. Os escravos inseridos em grupos familiares chegavam a 88,9% do total, sendo excluídos apenas os africanos Marciano e Lino (solteiros em 1872) e aparentemente sem relações de parentesco com os seus companheiros de cativeiro. De acordo com o inventário de Maria Zimila de Andrade, Lino deixou o mundo dos vivos em novembro de 1876 e

[5] Consta Maria Zumila de Andrade nos registros de batismo.
[6] Provavelmente Francisco Antonio da Costa adquiriu casais escravos.

Marciano, então com 54 anos, comprou com seu pecúlio a liberdade e pôde deixar o mundo da escravidão em outubro de 1876.

Compadrio

Um dos temas que tem chamado a atenção dos estudiosos da escravidão é o compadrio. Apadrinhar uma criança cativa estreitou as relações dos escravos com pessoas de dentro e de fora do cativeiro, era uma forma de estabelecer laços verticais (com livres) e estreitar os horizontais (com companheiros da mesma condição social). Como já afirmou Rocha (2004, p.121), "o parentesco ritual, como o casamento e o compadrio, pode revelar-nos elementos relativos às expectativas dos cativos diante da família, que não são percebidos através do parentesco consangüíneo". Ademais, para a escolha de padrinhos deveria ser levado em consideração que, na ausência dos pais, cabia aos *pais espirituais* o cuidado e educação da criança.

Quem eram as pessoas escolhidas para apadrinharem os filhos dos escravos?

Schwartz (1988), examinou os padrões de compadrio entre a população escrava em quatro paróquias do Recôncavo Baiano na década de 1780. Observou que os senhores não batizavam os filhos de seus próprios escravos. Pessoas livres apadrinhavam cativos e livres, escravos, no entanto, apadrinhavam apenas escravos. As crianças escravas tiveram padrinhos livres em 70% dos batizados, libertos em 10% e escravos em 10%.

Faria (1992), ao verificar o compadrio na Freguesia de São Gonçalo dos Campos dos Goitacazes no século XVIII (área esta ocupada por grandes unidades escravistas) encontrou 63,3% dos filhos legítimos batizados por escravos, embora só 29,1% fossem da mesma posse. As mães solteiras escolheram padrinhos escravos em 40,5% dos casos. "Na Paróquia de São Salvador, em Campos, entre os anos de 1753 e 1788, 14,2% dos padrinhos de todos os batizandos eram escravos do mesmo dono, enquanto 42% o eram de donos diferentes e 43,8% eram livres/forros" (FARIA, 1992, p.119).

Em sua pesquisa em Montes Claros, Botelho (1994) descobriu que a maioria dos padrinhos eram pessoas livres, poucos proprietários batizavam os filhos de seus escravos, os padrinhos escravos eram em sua maior parte de outras posses, os parentes dos senhores foram responsáveis por um número razoável de batizandos.

Confirmando o que os estudos têm demonstrado, Francisco Antonio Diniz Junqueira não batizou os filhos de seus escravos. Os livres apadrinharam 11 crianças escravas (58%) e as madrinhas livres 10 (52,6%); sete crianças foram batizadas por padrinhos/madrinhas escravos, uma por um padrinho livre e a madrinha escrava. Dentre os padrinhos, não encontramos parentes próximos de Francisco Antonio Diniz Junqueira. Entre as madrinhas, além das nove escravas escolhidas, há ainda Ana Maria preta, que não teve a condição social declarada, no entanto, deveria ser ex escrava.

Entre os batizandos filhos de escravos de Francisco Antonio da Costa, os padrinhos livres predominaram e, em sua maioria, eram parentes do casal proprietário (filhos, filhas, irmãos, irmãs/ cunhados, cunhadas). Este padrão diferenciou-se do verificado na escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira, em que a presença de escravos apadrinhando outros filhos de escravos foi maior e os livres que o fizeram não faziam parte do núcleo familiar mais próximo do capitão mor.

Maria Zimila de Andrade, na condição de proprietária de uma escrava, batizou seu filho ingênuo. Francisco Antonio da Costa foi padrinho de oito escravinhos e um adulto e sua esposa a madrinha em três batismos de outros escravos de seus parentes.

Em primeiro lugar, os escravos de Francisco Antonio da Costa se conheciam de uma longa data e alguns compartilharam o cativeiro antes de pertencerem ao major. As relações com seus parceiros de cativeiro seriam mais consolidadas do que com os livres, especialmente porque os filhos batizados poderiam pertencer aos demais parentes do proprietário, especialmente os filhos e filhas do senhor. Semelhante situação foi encontrada por Machado (2006) ao analisar o compadrio escravo na freguesia de São Jose dos Pinhais (Curitiba) entre o século XVIII e início do XIX, cuja constatação nos parece bastante plausível.

> (...) sem desconsiderar o conteúdo paternalista implícito naqueles laços [de parentesco ritual com membros de famílias escravistas], talvez seja possível ao menos sugerir que o compadrio escravo também pudesse ser utilizado para estreitar os laços com as casas em que seus parentes e amigos viviam como cativos ou como agregados. Dessa perspectiva, constituir alianças com escravistas e com a parentela do senhor seria um outro caminho para a viabilização de uma comunidade de cativos nessa freguesia de predomínio de pequenas escravarias (MACHADO, 2006, p.317).

Os africanos pertencentes a Francisco Antonio Diniz Junqueira, pais das crianças levadas ao batismo, talvez por viverem em uma grande posse, estreitaram as relações sociais com outros escravos através do compadrio. Verificamos que quando as mães eram africanas, mais padrinhos escravos eram escolhidos para batizarem seus filhos. Quando eram crioulas, os padrinhos livres prevaleciam. Entre os escravos de Francisco Antonio da Costa (que viviam em posses menores) e já possuíam vínculos mais antigos com outros escravos, a opção por estreitar a relação com os livres da família senhorial pode ter sido uma estratégia para poder frequentar a casa onde seus parceiros e parentes viviam, como salientado acima.

O compadrio em duas famílias escravas: os familiares de Adriana e Damião.

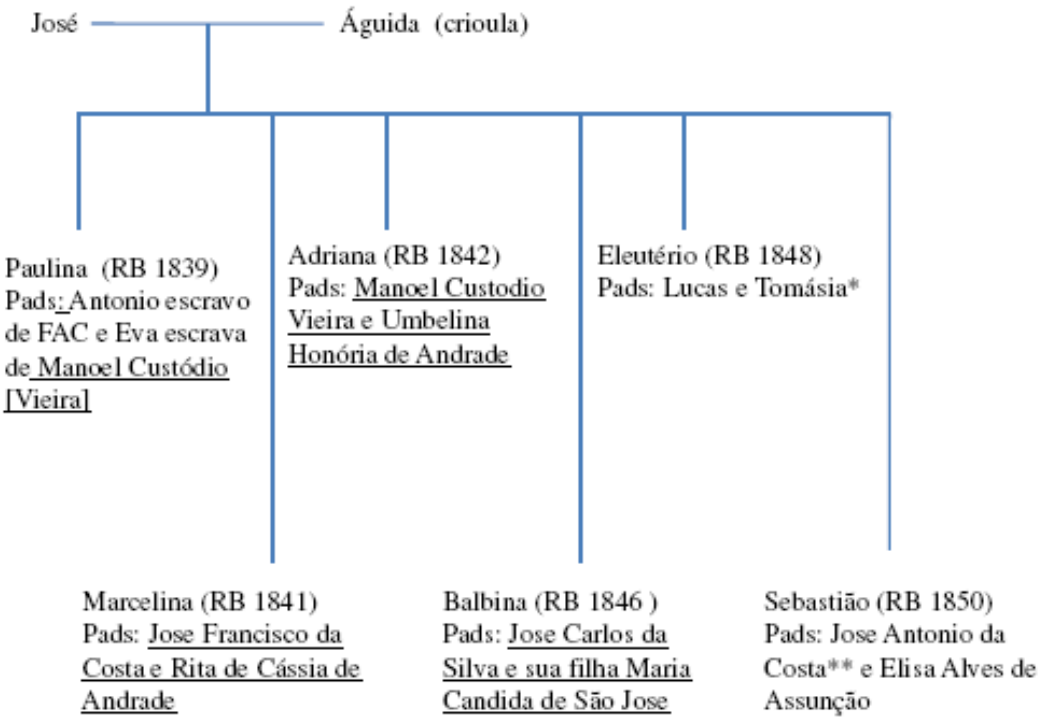
Em 1836, encontramos no domicílio de Francisco Antônio da Costa José, Águida, Juliana, Agostinho e Damião, dentre outros escravos. Juliana era africana e passou a ser propriedade de Francisco Antonio da Costa por doação[7].

Não tivemos acesso ao registro de casamento de José e Águida, mas verificamos que havia uma Águida e dois Josés em posse de Francisco Antonio Diniz Junqueira durante a primeira avaliação dos bens do inventário de sua primeira esposa, Mariana Constancia de Andrade, em 1826. Somente verificamos tratar-se de uma família a partir das fontes referentes aos escravos de Francisco Antonio da Costa.

Esse casal de escravos levou a pia batismal seis filhos, entre 1839 e 1850, dos quais dois faleceram nos primeiros anos de vida. A terceira filha do casal recebeu o nome de Adriana, batizada em 1842. Os padrinhos das crianças eram, em sua maior parte, pessoas aparentadas da esposa de Francisco Antonio da Costa, Maria Zimila de Andrade, ou escravos desses parentes. Os escravos eram seus antigos companheiros dos tempos em que pertenceram a Francisco Antonio Diniz Junqueira.

[7] Não conseguimos identificar quem realizou esta doação.

Compadrio na família de José e Águida



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.
Pads = Padrinhos
FAC = Francisco Antonio da Costa
Em sublinhado estão os parentes dos proprietários. * É provável que Lucas e Tomásia fossem escravos de parentes de FAC, apesar de não constar no registro de batismo a condição social dos padrinhos. **Acreditamos que Jose Antonio Costa seja também parente de FAC.

Ao que parece, os filhos de Jose é Águida não permaneceram com o proprietário de seus pais. Encontramos somente Adriana, já esposa de Damião, como escrava de JoseEsteves de Andrade (genro de Francisco Antonio da Costa) na década de 1870.

O estabelecimento do compadrio com a família dos senhores parece ter se estendido ao longo dos anos. Quando Adriana e Damião levaram a pequena Águida para ser batizada, em 1878, foram padrinhos: a antiga senhora, Maria Zimilia de Andrade e seu genro Isaac Villela de Andrade.

Não localizamos os registros de batismo das outras duas filhas de Adriana. Durante o processo crime foi mencionado que Adriana tinha mais duas filhas e que nenhuma das crianças, inclusive Águida, eram filhas de Damião, pois a esposa traía o marido. A evidência desse adultério se encontrava no fato de Adriana e Damião serem pretos e as filhas pardas. Não podemos saber se esta informação era verdadeira. Sendo o crime de natureza passional, poderia estar sendo usado para "justificar" a violência contra mãe e filha.

Se por um lado as trajetórias de Adriana e Águida se interromperam em uma madrugada fatídica de outubro de 1878, encontraremos, por outro lado, Damião se casando novamente em 1888. Antes de adiantarmos o desfecho de Damião, voltemos às suas origens.

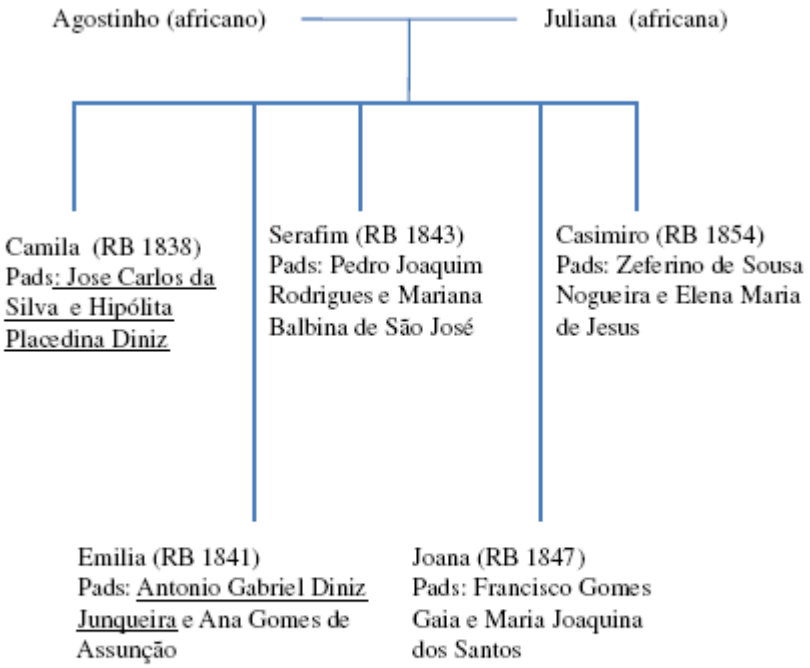
Segundo declarou Damião em seu depoimento como réu, seus pais eram Juliana (escrava de Francisco Antonio da Costa) e Mateus (escravo de Antonio Francisco Junqueira, casado com Rita de Cássia de Andrade, irmã de Maria Zimila de Andrade e ele primo em primeiro grau de seu sogro, Francisco Antonio Diniz Junqueira).

Aparentemente, os pais de Damião não continuaram juntos após seu nascimento. Sua mãe se casou com Agostinho (escravo de Francisco Antonio da Costa) com quem teve outros filhos, e seu pai se uniu a Maria (escrava de Antonio Francisco Junqueira), com quem também teve outros filhos.

Em 1872, Juliana constou na matrícula de escravos como viúva, africana, então com 61 anos, cozinheira. Foi havida por doação (não encontramos esta escrava na posse da sogra e do sogro de Francisco Antonio da Costa), vindo a falecer em novembro de 1878. Acreditamos que esta seja a mãe de Damião, já que como consta no processo crime, Damião menciona que sua mãe Juliana havia falecido há *poucos dias*.

Não localizamos o registro de batismo de Damião, mas localizamos cinco filhos de Agostinho e Juliana, que foram batizados na igreja matriz de Franca. O primeiro batismo foi o de Camila em 1838 e o último, de Casimiro, em 1854. Os padrinhos das crianças de Agostinho e Juliana eram todos livres, sendo alguns parentes próximos de seus proprietários.

Compadrio na Família de Agostinho e Juliana



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.
Pads = Padrinhos
Em sublinhado estão os parentes dos proprietários.

Dentre as possíveis irmãs de Damião, encontrava-se Joana. Nascida como escrava de Francisco Antonio da Costa, passou a pertencer ao genro e à filha desse senhor (provavelmente foi vendida ou doada a Theolina Zimila de Andrade que por sua vez se casou com João Marcílio de Andrade Junqueira). Joana se casou com Paulo e junto com quatro filhos foram arrolados na Lista da Matrícula de Escravos de João Marcílio em 1872 (esta lista foi anexada ao inventário de Maria Zimila de Andrade,

uma vez que João Marcílio e Theolina Zimila vieram a falecer e Maria Zimila de Andrade tornou-se uma das legatárias do casal).

Joana (então viúva) e sua prole voltaram para o lado de sua antiga senhora, assim como, passaram a viver com o irmão de Joana, Rafael e sua esposa Iria e com a sobrinha Feliciana (filha destes últimos). Feliciana era uma jovem escrava de 21 anos e estava acompanhada de seus dois filhos ingênuos: Favorino e Rafael (homônimo do avô materno). Localizamos apenas seis registros de batismo dos filhos de Paulo e Joana, ainda escravos do casal João Marcílio Diniz Junqueira [de Andrade Junqueira] e Theolina Zimila de Andrade [da Costa]. Os padrinhos dos filhos do casal escravo eram, em sua maioria, livres e alguns parentes de seus proprietários.

Podemos inferir que Damião pode ter tido outros irmãos que continuaram com Francisco Antonio da Costa e sua esposa, como Rafael. Para Joana, a Lista da Matrícula de Escravos de 1872 é explícita quanto a sua filiação: Agostinho e Juliana. Para Rafael menciona apenas que sua mãe é Juliana, acreditamos que a Matrícula de Escravos omitiu o nome do pai de Rafael, Agostinho, por este já ter falecido ou mesmo devido à omissão do senhor em dar a informação (os proprietários de Joana e Rafael eram diferentes em 1872). A mesma fonte arrolou Rafael como natural de Minas, mas acreditamos que ele seja natural de Franca, uma vez que foi listado no domicílio de Francisco Antonio da Costa, em 1836, um menino Rafael com três anos de idade.

O compadrio escravo não parece ter seguido um padrão único. Quando houve o estabelecimento do parentesco espiritual entre os escravos, estes pertenciam a proprietários aparentados. Os livres foram os que mais apadrinharam os filhos de escravos. Procurar padrinhos livres pode ter sido uma estratégia para estabelecer laços verticais em uma sociedade altamente hierarquizada e, ao mesmo tempo, aproximar-se de outros parentes ou parceiros. Os senhores quase nunca apadrinhavam seus cativos, mas seus parentes sempre estiveram presentes.

Na Matrícula de Escravos de 1872 (anexada ao inventário de Francisco Antonio da Costa) observamos que cinco escravos presentes na posse em 1836 foram adquiridos por dote, doação ou herança. Adão, Águida e Agostinho por dote, a crioula Margarida por herança e Juliana por doação.

A partilha

Com a morte de Mariana Constancia de Andrade em 1825 as famílias escravas pertencentes a Francisco Antonio Diniz Junqueira se viram diante da real possibilidade de serem separadas. Quando a partilha foi feita em 1836, houve menção a 35 escravos, dos quais três haviam sido vendidos a Francisco José de Almeida, 13 ficaram com Francisco Antonio Diniz Junqueira e os demais foram repartidos entre os herdeiros (cinco herdeiros receberam três escravos e dois, inclusive Francisco Antonio da Costa, herdaram dois cativos). Francisco Antonio Diniz Junqueira conservou junto de si cinco casais e outros três escravos, os filhos destes casais foram separados de seus pais.

O único casal a ser separado foi Tomé e Brígida, esta ficou com a herdeira Umbelina Honória de Andrade. Gonçalo e Vitória viram a filha Felicidade de oito anos também ser legada a esta senhora. Bernardino e Constancia permaneceram com o capitão-mor, mas a filha Margarida passou a pertencer a Francisco Antonio da Costa e o filho Mateus ficou com outro herdeiro, Antonio Diniz Junqueira. Os irmãos Malaquias, Eva e Querina (filhos de Antonio e Adriana, esta já falecida) foram cada um para um herdeiro diferente.

Em 1842 Francisco Antonio Diniz Junqueira faleceu em Franca e seu inventário aberto em 1843, no qual foram avaliados seis escravos que estavam com o capitão-mor pelo menos desde 1826. Antonio de Nação era oficial de pedreiro e contava com 56

anos quando foi avaliado em 50$000 (cinqüenta mil réis). Esse valor foi descontado do monte-mor, uma vez que Antonio recebeu a liberdade. Não sabemos se a desfrutou como gostaria, afinal já se encontrava cego de um olho e com *achaque de dores nos braços*. Luís, Narcisa, Tomásia, Joana e Bernabé não tiveram a alegria de se verem libertos com a morte do senhor, sendo herdados por Jose de Andrade Diniz Junqueira. Francisco Antonio da Costa não herdou escravos na partilha dos bens de seu sogro, pois já os havia recebido através do dote de sua esposa Maria Zimila de Andrade. Em função disso, Agostinho de Nação, Águida crioula (mãe de Adriana) e Adão crioulo deixaram o domicílio de Francisco Antonio Diniz Junqueira e foram entregues a Francisco Antonio da Costa, sendo arrolados no domicílio deste último na Lista Nominativa de Habitantes de 1836.

Segundo o inventário de Mariana Constancia de Andrade, as escravas herdadas por Francisco Antonio da Costa (por "cabeça" de sua mulher Maria Zimila) foram a africana Tomásia e a crioula Margarida. Mas ao que parece, somente Margarida passou a viver ao lado do novo dono, pois Tomásia permaneceu com Francisco Antonio Diniz Junqueira até a morte deste senhor e depois foi herdada por Jose de Andrade Diniz Junqueira.

Os filhos de escravos africanos ajudaram a manter especialmente as posses dos filhos e filhas de Francisco Antonio Diniz Junqueira, como podemos ver através da trajetória de 13 crianças batizadas, todas herdadas e separadas de seus pais. A única que conseguiu manter-se com a mãe foi Ana, filha de Tomásia.

Exceto Adão, que foi passado como dote a Francisco Antonio da Costa, as demais foram herdadas pelos filhos, filhas e genros de Francisco Antonio Diniz Junqueira.

Dos 18 escravos de Francisco Antonio da Costa arrolados na Matrícula de Escravos de 1872, cinco foram comprados, cinco foram herdados, dois recebidos por doação e os demais eram *crias da casa*.

Em 1878, quando o Major Francisco Antonio da Costa faleceu, em seu inventário (aberto em 1879) constavam 12 cativos[8]. De acordo com a partilha de bens, a viúva dividiu os bens de raiz, mas conservou ao seu lado os 12 escravos.

Maria Zimila de Andrade não chegou a ver o fim da escravidão. Com sua morte em 1886, seus escravos viveram um momento que acarretou o rompimento de seus vínculos de parentesco. A posse de Maria Zimila contava com oito escravos adultos e nove ingênuos (nascidos livres). Assim, 18 afrodescendentes estavam sob o poder de Maria Zimila ou de seu genro Isaac Villela de Andrade, com quem ela vivia quando morreu.

Joana e seus filhos ingênuos foram herdados pelo filho de Maria Zimila, Martiniano Francisco da Costa. Sua filha Dionísia (com aproximadamente 20 anos) e sua sobrinha Feliciana (com idade de 21 anos) e os dois filhos desta última passaram a pertencer a José Esteves de Andrade. Iria, seu filho e Francisco (irmão da mesma) fizeram parte do pagamento feito a outro herdeiro, o capitão Zeferino José do Nascimento, genro de Maria Zimila. Avaliado em 800$000 (oitocentos mil réis), Francisco tinha como condição para "ficar liberto" prestar os seus serviços pelo tempo de *seis anos* ao capitão Zeferino. O marido de Iria, Rafael, vislumbrou a liberdade; avaliado em 200$000 (duzentos mil réis), o valor foi pago pelo escravo em troca de sua carta de liberdade. Os irmãos Paulino e Tertuliano foram dados em pagamento ao

[8] Basicamente, o que ocorreu com sua escravaria foi a perda de três cativos africanos por morte ocorridas respectivamente em 1874 (Antonio), 1876 (Lino) e 1878 (Juliana), por doação (a jovem Maria de 14 anos foi doada ao genro Isaac Villela de Andrade em 1876), por compra da liberdade (Marciano em 1876) e um último escravo, José, não sabemos o que se sucedeu, provavelmente faleceu.

herdeiro Isaac Villela de Andrade e provavelmente permaneceram onde estavam, uma vez que Maria Zimila encontrava-se em sua companhia quando faleceu.

Como podemos notar, houve um arranjo para que os grupos familiares não fossem separados: as mães e seus filhos pequenos permaneceram unidos e os irmãos também foram herdados pela mesma pessoa. A separação da família ocorria, pois Dionísia e Feliciana, duas mulheres adultas, foram separadas de seus respectivos mãe/irmãos e pais/irmãos.

Na primeira metade do século XIX, quando ocorreu a partilha da escravaria de Francisco Antonio Diniz Junqueira em decorrência da morte de sua primeira mulher, mesmo crianças foram separadas de seus pais, sendo respeitado apenas o vínculo conjugal (e nem este último foi assegurado totalmente).

Esse estudo de caso mostrou-se exemplar para elucidar a trajetória de migrantes mineiros (trazendo consigo seus escravos), a constituição das escravarias na primeira metade do século XIX através da compra de escravos africanos e a formação das famílias escravas. Ainda na primeira metade do século XIX, os crioulos ultrapassaram os africanos no total das escravarias analisadas, boa parte destes nascidos de ventres africanos e no interior de uniões formalizadas perante a Igreja Católica.

Francisco Antonio Diniz Junqueira era um importante senhor de africanos e com a presença significativa desta matriz que sua escravaria se constituiu e reproduziu-se. Francisco Antonio da Costa herdou escravos, levou ao batismo três dezenas de escravos e recorreu relativamente pouco ao mercado interprovincial de escravos. Assim, a família escrava parece ter garantido a manutenção de escravarias não apenas dos donos, mas também de outros escravistas, muitas vezes seus aparentados. Os escravos eram separados, mas poderiam ter notícias de seus pares ou se encontrar durante alguns dias do ano e até se visitarem com certa regularidade. Mas a condição de escravos dificultava a estabilidade de suas famílias, especialmente o vínculo dos pais com seus filhos, o que, no entanto, não impediu que ela existisse e fosse muito além de vestígios.

Francisco Antonio da Costa manteve o cuidado de casar seus escravos na Igreja e a legitimidade manteve-se elevada entre seus cativos, no entanto, não foi cuidadoso ao longo de toda sua vida e sua esposa tampouco pareceu ser (uma vez que filhos naturais nasceram no decorrer da segunda metade do século XIX). Podemos perceber com a Matrícula de Escravos de 1872 como o parentesco escravo encontrava-se consolidado entre os crioulos – todos com filiação declarada. O tráfico atlântico ainda deixava suas marcas na escravaria, com homens idosos africanos e sem vínculos familiares.

A reprodução natural entre escravos era um elemento levado em conta pelos senhores nas estratégias de manutenção e crescimento de sua escravaria.

A partir das trajetórias dos escravos de dois proprietários, procuramos destacar as possibilidades e vicissitudes que os cativos enfrentaram e tiveram que driblar para manter seus vínculos familiares. Este estudo de caso ilustra os caminhos percorridos pelos cativos no que chamamos de regime demográfico restrito da escravidão. Como vimos, vários condicionantes atuaram sobre a demografia e família escrava: as atividades econômicas, a intensidade do fluxo de entrada de africanos, a estrutura de posse, dentre outros.

Podemos afirmar que uma parte das famílias escravas manteve seus vínculos estáveis e duradouros, perpetuando-se através das gerações. Desta forma, para muitos escravos, é possível vislumbrar que a transição do trabalho escravo para o livre foi realizada ao lado de pais, tios, tias, sobrinhos e sobrinhas, compadres, comadres e/ou antigos conhecidos.

Em 15 de julho de 1888, no arraial de São José, Damião Francisco da Costa *ex escravo de José Esteves de Andrade* e Gabriela Barbara de Jesus, filha de Francisco e Maria, ex escravos de José Joaquim da Costa, contraíram matrimônio.

O registro anota "libertos pela Lei Treze de Maio". Como não há informação de idade, certamente estamos diante de Damião, ex-marido de Adriana (então com 54 anos). Tudo indica que Damião adotou o sobrenome de Francisco Antônio da Costa e não o de José Esteves de Andrade (a quem pertencia), possivelmente por ter nascido na propriedade do primeiro e ser realmente o Damião que acompanhamos.

Não localizamos o registro de batismo de Damião nem o de sua e noiva, Gabriela. Encontramos Gabriela levando ao batismo dois filhos *naturais*, Domingos, em 1873, e Isidoro, em 1877. Teria Damião matado a esposa porque já se encontrava enamorado de Gabriela? Teria o casamento de Damião e Adriana sido um arranjo senhorial realizado à revelia do casal?

Acreditamos que a vontade senhorial não desconsiderou a de seus cativos, afinal, o desfecho trágico da união de Damião e Adriana pode exemplificar o alto preço que o senhor pagaria, caso sua vontade fosse imposta à revelia do consentimento cativo[9].

Bibliografia

AMORIM, M. N. **Uma metodologia de reconstituição de paróquias.** Braga: Universidade do Minho, 1991.

BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial:** Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

_____. **Os senhores da terra:** família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.

BOTELHO, T. R. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo, 1994. 215f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CASTRO, H. M. M. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil século XIX. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHIACHIRI FILHO, J. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador.** Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

COSTA, I. N.; SLENES, R. W.; SCHWARTZ, S. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos,** São Paulo, v.17, n.2, p.245-295, maio/ago.1987.

DÍAZ, A. P.; FUENTES, M. A. **Esclavitud, familia y parroquia en Cuba:** otra mirada desde la microhistoria. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2006.

_____. Una metodología – desde los registros parroquiales – para la reconstrucción de la família negra en Cuba colonial. **Boletim de História Demográfica,** São Paulo, FEA/USP, set.2004.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. A reconstituição de famílias escravas: parentesco e família entre os cativos de Manoel de Aguiar (1872). In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2., 2006, Guadalajara-México. **Anais...** ALAP, 2006.

_____. GÓES, J. R. **A paz das senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala.** 40.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

[9] Se o casamento foi ou não imposto, não há como saber, mas acreditamos que se essa não era a vontade da escrava. Sobre a recusa de uma jovem escrava em efetivar seu matrimônio com outro cativo ver GRAHAM, 2005.

GRAHAM, R. A “família” escrava no Brasil colonial. In **Escravidão, reforma e imperialismo.** São Paulo: Perspectiva, 1979. (1.ed. 1975).
HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica.** Trad. de J. Manuel Nazareth. Lisboa: Gradiva, 1988.
_____. **Técnicas de análise em demografia histórica.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.
MACHADO, C. **A trama das vontades:** negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São Jose dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Rio de Janeiro, 2006. 360f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
MARCÍLIO, M. L. **Caiçara:** terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.
MINTZ, S. W.; PRICE, R. **O nascimento da cultura afro-americana.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003. (1.ed. 1976).
MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres:** posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.
NADALIN, S. **História e demografia:** elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.
PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos,** São Paulo, v.25, n.2, p.203-233, maio/ago.1995.
PIROLA, R. F. **A conspiração escrava de Campinas, 1832:** rebelião, etnicidade e família. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
REHER, D. S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, v.14, n.1-2, p.101-124, jan./dez.1997.
REVISTA POPULAÇÃO E FAMÍLIA, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun.1998.
ROCHA, C. M. **Histórias de famílias escravas:** Campinas, século XIX. Campinas: UNICAMP, 2004.
SAMARA, E. M. **As mulheres, o poder e a família:** São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
SCOTT, A S. V. **Família, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX).** Guimarães: NEPS/Universidade do Minho, 1999.
_____. **Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836).** São Paulo, 1987. 301f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
SLENES, R. W. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
_____. **The demography and economics of brazilian slavery:** 1850-1888. Stanford, 1976. 728f. Tese (Doutorado) - Stanford University.
TEIXEIRA, P. E. A família do homem livre em Campinas: alguns aspectos demográficos, 1774-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.